

SOCIOLINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria do Socorro PESSOA¹

Resumo

Muitos grupos populacionais do Brasil são alvos de discriminação e preconceitos. São considerados como portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e inferior, o que os conduz a perder sua identidade e seu modo de vida tradicional. A Educação Lingüística é uma das bases na construção da Identidade Social dos povos, principalmente se esses constroem sociedades de migrantes, imigrantes e nativos, como é o caso do Brasil. A Identidade Social será o resultado da reflexão de como o sujeito vê a si mesmo, inicialmente, e de como aceita, respeita e valoriza o Outro que é seu parceiro na construção dessa identidade. As manifestações da Língua, com suas Linguagens, identificam a diversidade e a heterogeneidade lingüístico-cultural que sempre nos acompanhou. Acreditamos que o Ensino / Aprendizagem de Língua Portuguesa é um relevante instrumento que socializará conhecimentos inéditos sobre a construção e convivência dos nossos pequenos e importantes núcleos populacionais. Acreditamos que a Sociolingüística Qualitativa-Educacional poderá influenciar, positivamente, o Ensino e a Aprendizagem da Língua Portuguesa, bem como as futuras Políticas Didático-Lingüísticas para esse ensino. Considera-se que a Educação Lingüística escolar é um valioso e indispensável instrumento de interação Sócio-Lingüístico-Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: SOCIOLINGÜÍSTICA;ENSINO;LÍNGUA PORTUGUESA; IDENTIDADE SOCIAL.

SOCIOLINGÜÍSTICA

A Sociolingüística é a parte da Lingüística que faz seus estudos enfocando a Língua, a Cultura e a Sociedade. Podemos afirmar que Língua e Sociedade são duas realidades que se inter-relacionam de tal modo que é impossível conceber-se a existência de uma sem a outra. É no seio da sociedade, com suas particularidades e afinidades, que as falas fluem, que a interação ocorre. O condicionamento social da linguagem está em consonância com traços que se enraizaram, de forma muito profunda, na mente coletiva da comunidade lingüística e os dados aí coletados é que

¹UNIR-Campus de Vilhena

DELL-Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários

Endereço para correspondência: Av. Major Amarante, 4085-Apto.01-Prédio do Boticário

76980-000-Centro-Vilhena-Rondônia-Brasil

sopessoa@gmail.com

possibilitam a análise que confirma: a mudança lingüística ocorre em função de pressões sociais que podem ser observadas e descritas, como o fez LABOV em seu texto clássico de 1969, “*The logic of nonstandard English*”. (LABOV, 1969).

A Sociolingüística possibilita a investigação das Atitudes Lingüísticas, do Percurso Lingüístico de uma determinada comunidade e o estudo dos Dialetos Sociais em qualquer comunidade lingüística. Nessas perspectivas, a Sociolingüística pesquisa seguimentos sociais que constroem e caracterizam a realidade e/ou o futuro lingüístico de um povo, ao mesmo tempo em que busca compreender os fatores de variação e mudança lingüística, analisando e divulgando as características da Linguagem, da Cultura e da Sociedade pesquisada. Nesse sentido, podemos afirmar que a Sociolingüística dá conta das pesquisas sobre: Linguagem e Língua; Linguagem e Preconceitos; Linguagem e Sociedade; Linguagem e Poder; Linguagem e Ensino; Linguagem e qualidade de vida; Linguagem e Atitudes Lingüísticas; Linguagem e Percurso Lingüístico. Podemos, então, afirmar que os estudos Sociolingüísticos são os instrumentos que descrevem uma comunidade lingüística e sua história.

A RELAÇÃO ENTRE ESTUDO DA LINGUAGEM E SOCIEDADE

Linguagem, cultura e sociedade estão ligadas entre si por laços indissolúveis. Todos nós temos uma linguagem, fazemos parte de uma sociedade e temos uma cultura que é a marca da história de nossas vidas. Ninguém pode negar essa indissolubilidade que há entre a linguagem e a sociedade, ou melhor ainda, não há como nos negarmos a confirmar essa relação profunda onde tais especificidades se juntam para culminar na expressão máxima da história da humanidade. Mas como discutir a linguagem? Como discutir a sociedade? Na separação dos saberes? Ou na suposta distância de que uma pode não compreender a expressividade da outra? Ousamos afirmar e acreditar que a

linguagem é o maior, o melhor, o único e real instrumento que o homem possui para lutar por si mesmo. Ousamos afirmar ainda que a linguagem é a identidade perfeita do homem, porque ela o descreve, ela o espelha. Este instrumento de luta tem sido alvo de inúmeras críticas, de inúmeras interpretações. Sempre que se faz um trabalho de pesquisa sobre a linguagem de determinada região, observam-se inúmeros depoimentos da população sentindo-se desconfortável em relação à linguagem que utiliza, muitas vezes achando-a feia, mal falada, mal escrita, mal “manuseada”. Nesses depoimentos verifica-se que, muitas vezes, o estudo e o ensino da nossa Língua têm-nos pregado peças, no mínimo, maléficas. Somos, desde muito cedo, levados a acreditar que nossa fala é feia, desagradável, errada. E o dizer “errado” nos coloca, sempre, na posição de humilhados, desprestigiados, desadequados para o nosso meio. Falar em Língua de um povo envolve conhecer sua sociedade. É um assunto genérico, abrangente, que não pode estar baseado apenas em conhecimentos empiricistas. Esses conhecimentos pressupõem a normatização de padrões comportamentais, que focalizam a relação do sujeito com seus pares, onde o bom lugar de entendimento é a arte verbal. Nesse sentido, não podemos, então, discriminar essa arte como inadequada, uma vez que essa língua cumpre sempre o seu desempenho político-social. É pela sua linguagem que o homem realiza as suas atividades, sejam de denúncias, de afirmação de identidade social, de lazer, de trabalho e/ou de vida.

O grande desafio do ser humano é sedimentar suas descobertas, suas raízes históricas. Sua linguagem é a sua ferramenta. Com essa linguagem torna-se possível o registro dos fatos históricos, sociais e culturais. Como diz (CALVET, 2007), a etiqueta lingüística é exatamente o registro da diversidade da linguagem de um povo.

A dimensão de variação lingüística que é tratada em termos de escala língua-dialeto-idioleto foi introduzida antes em relação à ficção da homogeneidade. A

diferença entre os termos sotaque e dialeto é que o sotaque é restrito à variedade de pronúncia, enquanto dialeto inclui também diferenças de gramática e de vocabulário. No uso do dia-a-dia são confundidos com frequência e têm sido marcas para discriminação em vários níveis. A questão é que certas diferenças fonéticas entre sotaques podem ser estigmatizadas pela sociedade, da mesma forma como certas diferenças lexicais e gramaticais entre dialetos o são. Pais e professores tentam frequentemente eliminar o que consideram como marcas de status social inferior ou como regionalismos. Trabalhos recentes em Sociolinguística confirmam esse estado de coisas e também que, na grande maioria, quanto mais baixa a pessoa estiver na escala social, em termos de educação, renda, profissão, etc., mais o seu sotaque vai diferir e será mais marcado regionalmente. Sabemos de situações em que membros de determinado grupo social reagirão positiva ou negativamente a certos sotaques e dialetos e, sem ver ou saber nada a respeito do falante, emitem julgamentos sobre sua personalidade, com base, muitas vezes, apenas no som da voz. Diferenças de sotaques e dialetos podem desempenhar um papel importante na projeção de determinadas imagens sociais e na cultura de um povo. Ninguém nega, entretanto, que, na situação vigente as pessoas que falam um dialeto, que difere de maneira significativa do padrão, enfrentam um problema que os falantes do padrão não têm.

Na escola, grande parte do vocabulário e da estrutura gramatical do material didático utilizado para ensinar leitura pode ser estranho aos alunos: redação pronta, os falantes e suas narrativas... Mas não pode ser isso que queiramos perpetuar. A Sociolinguística – teórica, descritiva, quantitativa, educacional, qualitativa e aplicada – já deu uma grande contribuição para a nossa compreensão das implicações educacionais, sociais, culturais e políticas deste e de outros aspectos do planejamento linguístico, não somente em relação aos países em desenvolvimento, mas também – e

cada vez mais nos últimos anos – com referência particularmente às necessidades de minorias étnicas e lingüísticas nas sociedades industrializadas. É provável que a contribuição venha a ser maior em um futuro próximo, pois os chamados problemas lingüísticos fazem parte do problema muito mais amplo de discriminação social e cultural.

A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E ENSINO E LINGUAGEM E QUALIDADE DE VIDA

O tema de discriminação é sempre oportuno porque permeia todos os seguimentos sociais “Preconceito e discriminação são mecanismos poderosos de desqualificação do outro – aquele que pensamos ser portador de uma doença social” (ALKMIM, 2002). Nesse sentido a discriminação lingüística não se diferencia de nenhum outro tipo de discriminação: étnica, religiosa, social, etária, política, social, etc. O preconceito e a conseqüente discriminação atravessam as classes sociais, os gêneros, as faixas etárias, os grupos políticos, os movimentos sócio-econômicos, entre outros. Os usuários de formas lingüísticas desprestigiadas, por se sentirem inferiores, chegam mesmo a concordar com a desqualificação da própria fala e reconhecem a superioridade de quem os discrimina. O caso do personagem Fabiano de *Vidas Secas*, esta grande obra de Graciliano Ramos, é exemplar. É mudo no trato social, incapaz de se exprimir. Reduzido ao silêncio por não ter a habilidade de enfrentar o seu interlocutor. Mas pensava e pensava muito. E admirava o Seu Tomás da bolandeira, rico por possuir uma cama e por ser capaz de falar tão bem.

O fato de que sociedades como a nossa tenham, em função de razões históricas e políticas, identificado a chamada língua padrão com os usos lingüísticos dos grupos urbanos socialmente superiores não pode justificar o exercício do preconceito e da

discriminação lingüística que provocam, nos indivíduos, uma qualidade de vida inferior. Nesse sentido, nossos projetos de trabalho/investigação pretendem enfrentar o desafio: a Sociolingüística, a Lingüística e os Lingüistas assumem seu papel de agentes das mudanças necessárias para a preservação da dignidade e do respeito à linguagem do povo. Delimitamos, em forma de questões, alguns problemas que pretendemos refletir com a execução dos nossos projetos de pesquisa em Sociolingüística, entre eles o Projeto do GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolingüísticas – em Vilhena, na fronteira de Rondônia com o Mato Grosso, este local que é um verdadeiro Laboratório Lingüístico na Amazônia. Considerando-se que há variação na língua, qual a natureza das variáveis a serem analisadas e como delimitá-las para aplicá-las em metodologias para a compreensão lingüística da Linguagem, da Cultura e da Sociedade Amazônica/Amazônida? Quais contextos favorecem o uso de uma ou de outra forma lingüística? Os fenômenos variáveis mostram-se sensíveis a condicionamentos sociais? Como podem ser trabalhadas as relações entre linguagem, educação e classe social? Que papel têm essas relações na definição de metodologias adequadas ao ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas da Região Amazônica, especialmente na região de Rondônia? Se essas questões puderem ser respondidas, cremos poder auxiliar professores e instituições de ensino, não só a repensar a prática de ensino da Língua Portuguesa, com suas Linguagens, mas a desenvolver projetos para o aperfeiçoamento desta.

No Projeto de Pesquisa do GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolingüísticas, tratamos variação com base na Teoria da Variação e Mudança Lingüística (LABOV, 1972b), que tem como objeto de estudo a estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Interessamo-nos pela função social e comunicativa da língua e a vemos como fator importante na identificação de

grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade. Assim, de um ponto de vista diacrônico e/ou sincrônico, a língua passa a ser vista como dotada de “heterogeneidade sistemática”. O domínio de estruturas heterogêneas não é questão de mera performance, mas parte da competência lingüística dos indivíduos (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968).

Sobre preconceito lingüístico, pode-se alegar que estudos variacionistas têm feito os professores pensarem sobre a língua, não sendo meros reprodutores de informações. Conforme (SOARES, 1993), a prática pedagógica tem estado dissociada de suas determinações sociais e sociolingüísticas. A prática articulada da Sociologia, da Sociologia da Linguagem e da Sociolingüística tem contribuído sobremaneira a um ensino competente e comprometido com a luta contra as desigualdades sociais. (POSSENTI 2005) nos diz que, como não se costuma pensar sobre a língua, atribui-se o fracasso escolar ao fato de o aluno não saber escrever e nunca ao fato de o professor não saber ler variantes lingüísticas e não reconhecer diferenças dialetais. Note-se que a questão aqui não é meramente lingüística, mas também pedagógica e política. (POSSENTI 2000:55) afirma que:

o fracasso dos alunos em provas que exigem escrita não é só o fracasso da escola, mas o de uma sociedade que valoriza o que tem pouco valor – escrever sempre as mesmas palavras e frases – e não valoriza o que tem muito valor – a capacidade de alguém ser sujeito de um texto, de defender idéias que se articulem, mesmo que haja pequenos problemas de escrita. (...) Somos uma sociedade que valoriza ortografia e casuísticas medievais sobre correção gramatical. Mas que diz querer textos criativos e coerentes. Como já se disse, colhe-se o que se planta.”

Não se pretende, contudo, desconsiderar a norma-padrão. Mesmo assim, note-se que “o fato de que sociedades como a nossa tenham, em função de razões históricas e políticas, identificado a chamada língua padrão com os usos lingüísticos dos grupos urbanos socialmente superiores não pode justificar o exercício do preconceito e da discriminação lingüística. E aí está o desafio.” (ALKMIM, 2002).

Negar o valor de um dialeto é uma atitude que não tem mais lugar em uma época em que se luta tanto pelo respeito aos direitos humanos, a fim de evitar qualquer tipo de discriminação e preconceito. (LABOV, 1972b) foi quem melhor contestou a hipótese da deficiência lingüística, comprovando que diferença não é deficiência. Segundo (SOARES, 1993:49), a postura mais amplamente adotada é a de um bidialetalismo: falantes de dialetos não-padrão devem aprender o dialeto padrão para usá-lo nas situações em que ele é requerido. Nessa perspectiva, espera-se que quem ensina língua e linguagem não tente impor a substituição de um dialeto por outro, mas auxiliar a aquisição do outro dialeto socialmente prestigiado.

PERCURSO SOCIOLINGÜÍSTICO

A investigação de um Percurso Sociolingüístico parte de dados da história de um povo, procurando entender as mudanças sofridas ao longo do tempo. Ao lado disso descreve-se a situação lingüística atual da comunidade, considerando-se sua organização sócio-cultural e suas relações com a sociedade regional envolvente. Nesse sentido, quem trabalha com percurso lingüístico apresenta a comunidade de fala a partir de considerações de natureza sociais, tentando identificar o estatuto da língua utilizada.

A investigação de um percurso lingüístico combina três perspectivas: sócio-histórica, etnográfica e lingüística. Na perspectiva histórica procura-se apresentar a história da comunidade, desde o seu início, passando pelos deslocamentos geográficos

que a mesma fez. Quanto à perspectiva etnográfica, investiga-se as características sócio-culturais da comunidade como suas festas, práticas religiosas, hábitos e organização econômica. Do ponto de vista da lingüística, procura-se focalizar a realidade lingüística vivenciada pela comunidade de fala frente à utilização da língua. Se há o uso de mais de uma língua na comunidade, por exemplo, identifica-se a questão dos domínios de uso dessas línguas, a prática lingüística dos grupos sexuais e etários e suas atitudes frente à(s) língua(s) em uso na comunidade de fala. Partindo do ponto de que a investigação do Percurso Lingüístico de um povo significa percorrer, andar, fisicamente em extensão, e em vários sentidos, os diversos caminhos da vida desse povo, podemos afirmar que a investigação de um percurso Sociolingüístico será sempre uma investigação relevante para que o professor de Língua Portuguesa melhor compreenda a Língua, a Cultura e a Sociedade de seus aprendizes.

O GEPS, A EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM RONDÔNIA

O objetivo da formação de professores, de acordo com as concepções contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é a sua profissionalização por meio de desenvolvimento de suas competências, de modo a permitir que no cumprimento das suas funções estejam contempladas as dimensões técnicas, sociais e políticas que são igualmente importantes e imprescindíveis no desenvolvimento do nosso país, o que, portanto, conduz a uma educação de qualidade. Nesse sentido, o que denominamos “qualidade na educação”, ao mesmo tempo em que discute essa qualidade, oferece mais uma oportunidade para gerar necessidades de qualificação do professor. Dado o momento, parece-nos oportuno questionar porque a formação atual dos professores não está contribuindo, efetivamente e consistentemente, para que os alunos se desenvolvam

como pessoas e tenham sucessos efetivos nas aprendizagens escolares? Parece paradoxal essa pergunta se observarmos que o índice de repetência é baixíssimo em nossa região e que nossos alunos estão sendo promovidos para a série posterior sem grandes dificuldades. Essa promoção supõe crianças e jovens com razoável nível de leitura, compreensão e inserção no desenvolvimento cultural que a escola lhes proporciona. Entretanto, a sociedade questiona a todo instante: porque há uma crescente constatação de que nossos jovens não sabem ler, não sabem escrever, não sabem, enfim, o que deveriam saber ao término do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio? Diante dessas questões, O GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolingüísticas – da Universidade Federal de Rondônia, pretende discutir uma proposta que nos parece relevante para a qualidade de ensino: o ler e o decodificar. Imaginemos as seguintes situações:

a) uma criança que ainda não aprendeu a ler (mas já é letrada em certo nível) aponta a palavra “ cachorro “ num livro de histórias e lhe pergunta: “o que é isto?”; b) um colega seu aponta a palavra “interdiscurso” em um texto de lingüística e lhe faz a mesma pergunta: “o que é isto?”; c) você ouve alguém falar, no meio de uma frase em português, uma palavra em língua estrangeira, desconhecida para você, você lhe pergunta “o que é isto?” Antes de discutir as três situações apresentadas, faz-se necessário imaginar também o cenário onde elas ocorrem. Seria a sala de aula? Seria o cotidiano de uma relação de professor/aluno? Seria, ainda, a conversa entre um adulto e uma criança, ou um adolescente que também estuda Inglês? Qual seria a relação de familiaridade entre os “falantes” destas situações? Parece-nos pertinente citar o que diz MATTOS (1998-82):

O cotidiano constrói-se por uma cenografia que se dá pela relação necessária da conversa – cujos modelos não se submetem a um encadeamento estruturado nem de atos de fala nem de temas – com o

lúdico – estabelecimento de regras que não são definidas nem pelo direcionamento do objeto discursivo nem pela disputa pela referência, mas pela instalação de regras do jogo que proporcionam um encontro particular da situação imaginária com a situação empírica e os interlocutores. Constrói-se o cotidiano, então, por uma união de gestos diários e “mimese discursiva.

Chegamos assim, basicamente, à seguinte formulação: na construção do cotidiano pela dêixis discursiva, ou seja, pelo social imaginado no discurso, tomam outra dimensão as noções de situação e de conversa: a situação social é o que se instaura por essa dêixis discursiva, por essa formação imaginária do social, ao passo que a conversa definida discursivamente é o que se estrutura no cumprimento de funções sociais, é o que se dá como atos também sociais. É bem verdade que a citação que fazemos de MATTOS (1998-82), refere-se a uma situação de conversa e não está discutindo dados do Letramento. Entretanto, achamos absolutamente pertinente, pois o Letramento, parece-nos, envolve toda e qualquer situação social, seja a conversa, o discurso, a escrita, o questionamento. É nesse sentido que passamos a imaginar as situações expostas à discussão e que fazem parte da reflexão que pretendemos incentivar. Em resposta à questão (a) parece-nos que, neste caso, esta criança que ainda não aprendeu a ler, está apenas solicitando que descrevamos, que decodifiquemos um código que lhe é estranho. Se ela está com um livro de histórias nas mãos, está curiosa a respeito do que manuseia. Qualquer código do seu livro de histórias lhe interessa, até porque sente necessidade de associar os códigos ao mundo da história que ora tenta decifrar e compreender. A palavra em código pode ser qualquer elemento, qualquer dado da história que, naquele momento, lhe interessa Poderíamos afirmar que, aqui, é apenas necessidade de decodificação. Na segunda situação (questão b), não é apenas decodificação, até porque estamos lendo um texto de Linguística e, portanto, o colega

professor já é “letrado” neste assunto. Nosso colega “decodifica” e é uma situação completamente diferente da situação “a”. O significado que nosso colega procura fará com que ele compreenda a leitura do texto de Lingüística, interpretando seu significado naquele contexto, naquela situação, naquela conversa pertinente ao texto de Lingüística. Na questão (c), se estamos conversando em português e surge uma palavra em língua estrangeira, que não sabemos traduzir ou decodificar, este fato perturba a interação em nossa conversa. Perguntamos *o que é* para verificar, na memória, a relação da sua decodificação com a conversa que mantemos com a outra pessoa. Falando em decodificação, parece-nos ser necessário (re)lembrar o que diz DUBOIS (1973): “Decodificação: identificação e interpretação dos sinais pelo receptor da mensagem emitida; designa um dos elementos do processo da comunicação”. Sendo o código um sistema de transmutação da mensagem em outra forma que permite a sua transmissão do emissor ao receptor, por intermédio de um canal, a substância “mensagem” tornou-se, pela operação da codificação, uma substância codificada; há então transferência de forma, não de sentido.

A forma tomada pela mensagem deve poder ser compreendida pelo receptor para que se estabeleça a relação social, que é a finalidade da comunicação. A convenção (o código) é dada, explicitamente formulada. A forma codificada pode então ser identificada pelo receptor-decodificador; a identificação dessa forma é chamada decodificação. A mensagem decodificada recebe em seguida uma nova forma no curso de uma operação chamada recodificação. O processo de decodificação efetua-se no nível do receptor-destinatário, que “busca na memória” os elementos que pertencem ao código, selecionados antes para a transcrição da mensagem. Ainda é DUBOIS (1973) quem nos orienta sobre como compreender, também, aquele que é o decodificador. “... No círculo da comunicação, o decodificador é ou o aparelho receptor-decodificador

(radioreceptor, p. ex.), ou a pessoa, receptor-destinatário, que recebe a mensagem. Quando se trata de pessoa, o aparelho receptor é o ouvido e o conduto auditivo.” Ao refletir sobre o que seja esta “decodificação” da qual falamos em nossas respostas, com base em DUBOIS (1973) e em MATTOS (1998), observamos que, também, “decodificar” não é exatamente a mesma coisa nas três situações. Daí porque “o que é isto?”, nas três situações expostas anteriormente, não é, de fato, a mesma pergunta. Poderíamos dizer que elas se aproximam apenas no sentido de que em todos os casos há necessidade de “decodificar”, “traduzir”, para poder realizar a interação entre os falantes, mas elas têm objetivos diferentes e ocupam espaço também diverso na questão da compreensão e da interpretação. De um modo bastante superficial acreditamos que a análise de cada situação seria mais ou menos assim: a) será que “isto aqui” relaciona-se com a história que estou “lendo”? b) será que “interdiscurso” é pertinente a este assunto de Lingüística? c) será que esta palavra em língua estrangeira é importante para este assunto? Neste sentido é que imaginamos que as três situações se aproximam. Será sempre preciso decodificar para realizar a interação entre os falantes, pois, sem decodificação dificilmente ocorrerá a comunicação. Porém, diferem e se distanciam sobremaneira quando contextualizamos cada situação e quando buscamos o significado dentro de cada contexto, na busca de interação não só do ponto de vista da comunicação, mas também do ponto de vista da compreensão, do aprendizado, da “performance” da conversa de cada interlocutor. Parece-nos, então, relevante, considerar dados como os anteriormente discutidos para compreender como a formação de professores é significativa no contexto de “compreender para ensinar a entender”, ou vice-versa. Esta Formação de Professores, é, também, uma preocupação do GEPS, na tentativa de definir os estudos Sociolingüísticos sobre Língua, Cultura e Sociedade Rondoniense.

UMA LÍNGUA-MÃE PARA SEMPRE, PARA TODA A VIDA.

Uma Língua é “Nossa” mãe quando nos sentimos em casa com ela. As mães são, ao mesmo tempo, tão simples, tão únicas! Por isso se parecem com as línguas dos diferentes povos da terra! Simples para os nativos delas e complexas para quem tentam desvendar os mistérios, ainda que apenas alguns! Diferentemente do que ocorre com a mãe biológica as Línguas-Mãe tomaram a liberdade de dividirem-se em, no mínimo, duas: a Língua Materna, que aprendemos desde a nossa concepção uterina, e essa outra Língua-Mãe, que identifica povos e nações, dando-lhes um estatuto de “homogeneidade”.. Sabemos que tal homogeneidade é fictícia, mas, aceitamos que a Língua-Mãe-Pátria receba apenas uma denominação, (por exemplo, Língua Portuguesa). Seria tão despropositado nos alongarmos em detalhes quando alguém quer apenas saber qual a Língua do nosso país!

É a Língua-Mãe-Pátria que divulga nossos feitos, que registra nossas histórias, nossos sucessos e fracassos enquanto nação, nossas falhas e vitórias. Conversar sobre uma língua é conversar sobre seu povo. Escrevê-la é registrá-la e eternizar o modo de ser de sua gente, de sua nação. Estudar uma língua é compreender que ela será sempre o resultado de uma complexa transformação histórica, que se caracteriza no tempo e no espaço, por uma série de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além; é também estudar sua história. A história das línguas românicas, por exemplo, se entrosa com a do latim e a deste, através do itálico, vai acabar no Indo-Europeu. Pelos registros históricos logo descobriremos que o latim falado no tempo de Ênio não é o mesmo dos contemporâneos de Cícero, nem o desse tempo é idêntico ao de São Jerônimo. O português de onde D. Dinis extraía as suas cantigas de amor e de amigo não é o mesmo português de Camões, nem o deste é o mesmo de Herculano. A partir da constatação de que a valorização da diversidade lingüística é imprescindível para que os educandos se

sintam valorizados e acolhidos, bem como para que aprendam a valorizar e a acolher, afirmamos que não há disciplina escolar que mais se volte para essa temática do que o ensino da Língua Portuguesa, não só pelo conteúdo que encerra, mas também pela dinâmica desta no contexto educativo. É com a Língua Portuguesa que fazemos todas as nossas aprendizagens ao longo da vida.

A variação lingüística em Rondônia é, infelizmente, ainda ancorada em inúmeros preconceitos. O educando, filho de migrantes ou de nativos locais inicia, na escola, um processo de perda de identidade muitas vezes irreversível porque é quase sempre colocado frente à situações onde o professor insiste em iniciá-lo na prática da língua, anulando todo o conforto lingüístico que esse educando trouxe de casa. Aquele/a menino/a “tagarela” lá de casa começa por inibir-se, e, inevitavelmente, torna-se um aluno com grandes “dificuldades” para a aquisição da leitura e da escrita. O aluno agora habita um mundo de muitas linguagens. O interessante é que ele compreende essas outras linguagens, mas, a escola não compreende a sua e tenta substituí-la, colaborando para a perda da sua identidade e da sua liberdade lingüística. Na escola camuflam-se os preconceitos sociais desvalorizando a expressão verbal. E isso é apenas o começo: depois, a sociedade encarregar-se-á de difundir e cultivar este preconceito lingüístico, pois, a escola, dona do saber, descobriu a “fala errada”, “feia”, “pobre. Nossos alunos migrantes/imigrantes/indígenas não eliminarão as construções que classificamos como “erradas”, de fala ou de escrita, simplesmente com o trabalho bem intencionado do professor em expor nomenclaturas gramaticais e sistematizar “regras” para o bem falar e o bem escrever. Consideramos que, na aquisição da linguagem, falada ou escrita, há de se levar em conta o ensino/aprendizagem como o lugar do “ser” e que o processo de aquisição de uma linguagem, classificada como “cultura” ou outra qualquer, há de considerar as experiências do indivíduo em formação, que não é uma “folha em branco”

que vai à escola para aprender a falar. A aprendizagem da língua será para sempre, ao longo da vida. Não é um fato consumado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando (LABOV,1972b) ensinava em Columbia, ele pretendeu verificar até que ponto o dialeto falado pelas crianças negras do Harlem tinha alguma influência no fracasso do ensino escolar aplicado a essas crianças. Os estudos de Labov observaram que havia fortes diferenças entre o padrão de fala dos negros por oposição à dos brancos, porém, a principal causa das dificuldades no processo de aprendizagem da leitura e escrita era a depreciação simbólica do inglês vernáculo dos negros, em função do racismo institucionalizado pela sociedade americana. A pesquisa de (LABOV,1972b) insiste no fato de que a linguagem utilizada pela comunidade negra era perfeitamente adequada para a expressão do pensamento lógico e para o processo de aprendizagem, portanto, não nos parece inadequado afirmar que, mesmo apesar de toda a revolução nos estudos lingüísticos, provocada pela pesquisa de Labov, parece que o preconceito lingüístico continua sendo tema de intermináveis discussões. Isso nos prova a complexidade das pesquisas enfocadas pela Sociolingüística, porque complexas são as Línguas, a Cultura do povo que a utiliza e a Sociedade onde a comunidade de fala se estabelece.

Naquilo que até aqui abordamos, fácil é verificar que fatores relevantes determinam o modo de ser e estar da ciência Sociolingüística. Esses fatores são, no mínimo, de três ordens:

1. Fatores culturais – que determinam as bases filosóficas de reflexão em que se assentam todos os conhecimentos científicos. Por exemplo, o Empirismo que condiciona todo conhecimento à experiência, e o Racionalismo, que se baseia na razão,

na capacidade de compreensão, que passa a ser considerada como fonte adequada de conhecimento.

2. Fatores sociais – a ciência não depende de injunções sociais, como políticas econômicas, religiosas e outras, mas certas ideologias ou interesses nacionais, se não influenciam, pelo menos contribuem para a expansão ou retração das ciências.

3. Fatores materiais – se ligam ao desenvolvimento tecnológico que facilitam a pesquisa e podem consolidar tendências. Nos Estados Unidos, por exemplo, a expansão da Lingüística se deveu também ao amparo das agências financiadoras e ao acesso a equipamentos sofisticados.

No Brasil, onde o investimento em pesquisa Sociolingüística, considerando-se a imensidão territorial e o número populacional, é, ainda, insuficiente, apesar da excelente qualidade dos trabalhos existentes, é preciso uma séria tomada de decisão para que a Língua, a Cultura e a Sociedade possam usufruir de todos os benefícios que um estudo destes proporciona, pois o leque de opções em pesquisa nessa área é bastante significativo. Seja no enfoque variacionista, qualitativo, educacional / interacional ou aplicado, a Sociolingüística é um dos mais poderosos instrumentos para se coletar dados, analisá-los e oferecê-los à sociedade como perspectivas fundamentais na tomada de decisão, quer para a possibilidade de implementação na qualidade de ensino, quer para instrumentalizar a qualidade de vida dos cidadãos, nos mais diversos caminhos que “percorrem” as sociedades. O que falta, parece-nos, é uma crença mais consistente no poder das pesquisas desta área de conhecimento, especialmente no sentido de que seja utilizada como poderoso instrumento para o Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKMIN, Tânia Maria. 2002. *Língua e Discriminação*. In: GTNM – Jornal do Grupo de Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro, Ano 17, nº. 43, Dezembro de 2002.
- CALVET, Jean-Louis. 2007. *Políticas Lingüísticas*. SP Editora Parábola.
- DUBOIS, J. 1973. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix,
- LABOV, W. 1969, “*The logic of nonstandard English*” Philadelphia. University of Pennsylvania Press.
- LABOV, W. 1972b *Language in the inner city*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press.
- MATTOS, M. A . 1998. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil- ALB,
- PCN de Língua Portuguesa. 1996. MEC.
- POSSENTI, S. 2000. *Mal comportadas línguas*. Curitiba. Criar Edições.
- SOARES, M. 1993. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo. Ática,.
- WEINREICH, U. LABOV e HERZOG, M. 1968. Empirical Foundation for a theory of language change. In: W. Lelmann and Y. Malkiel (eds) *Direction for Historial Linguistics*. Austin. University of Texas Press. 1968.